



SENADO FEDERAL

Diretoria-Geral

Processo nº 00200.012189/2025-93

Assunto: Nova Contratação. Pregão Eletrônico. Locação de grades e alambrados com escoramento, incluídos os serviços de montagem e desmontagem. Registro de Preços. **Valor estimado: R\$ 1.012.500,00.** Autorizações e aprovações de competência da Diretoria-Geral.

Senhora Diretora-Geral,

Trata o presente processo de proposta para realização de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para o REGISTRO DE PREÇOS, pelo critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, destinado à contratação de empresa para locação de grade de alambrado com escoramento, incluídos os serviços de montagem e desmontagem, para manifestações e eventos na área do Congresso Nacional e adjacências, pelo custo estimado de **R\$ 1.012.500,00** (um milhão, doze mil e quinhentos reais), consoante especificações contidas na minuta de edital (documento nº 00100.203936/2025-29).

A Secretaria de Polícia do Senado Federal – SPOL justifica a contratação, por meio do Termo de Referência (documento nº 00100.185691/2025-41), conforme transcrição a seguir:

[...]

1.2. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO**1.2.1. Descrição da situação atual**

1.2.1.1. A contratação do objeto do presente Termo de Referência tem por objetivo garantir a proteção do patrimônio material do Congresso Nacional, a manutenção da ordem e a prevenção de ocorrências graves que coloquem em risco a incolumidade física dos policiais e dos parlamentares em dias de manifestações populares e de grandes eventos cívicos realizados na Esplanada dos Ministérios. Tal objetivo encontra-se alinhado ao Protocolo Tático Integrado das Manifestações (PrTI), que incumbiu à Polícia Legislativa do Senado Federal, em conjunto com o Departamento de Polícia da Câmara dos Deputados, o dever de policiamento e de proteção do patrimônio, desde a guia que divide o gramado do Congresso Nacional com a Alameda dos Estados, até os jardins dos respectivos anexos.

1.2.1.2. Tendo em vista a elevada relevância do Congresso Nacional no panorama político do País, vários grupos representativos da sociedade adotam o órgão legislativo federal como palco para realização de grandes mobilizações populares. Em alguns desses eventos, houve caso de diversos policiais legislativos e policiais militares atingidos por objetos lançados por manifestantes que intentaram transpor a faixa de segurança delimitadas pelas





SENADO FEDERAL

Diretoria-Geral

barreiras policiais, com possível desígnio de invasão e depredação das dependências do Congresso Nacional.

1.2.1.3. Como exemplo, em 18 de abril de 2017, um grupo de manifestantes contrários à proposta de Reforma da Previdência tentou invadir a Chapelaria, quebrou vidraças do prédio e entrou em confronto com a polícia legislativa. Em 25 de abril do mesmo ano, manifestantes contrários ao Governo Federal, com reivindicações relacionadas à demarcação de terras, lançaram flechas contra policiais legislativos que realizavam a contenção do grupo. Por fim, outro caso notório foi o ocorrido em 8 de janeiro de 2023, quando uma multidão de manifestantes insatisfeitos com as repercussões do processo eleitoral de 2022 invadiu os prédios sedes dos Três Poderes e vandalizou suas instalações, o que resultou em danos materiais de altas proporções.

1.2.1.4. Desse modo, desde 2016, o Congresso Nacional tem preventivamente adotado a instalação de barreiras físicas provisórias para evitar a geração de dano ao patrimônio público, bem como ameaças à incolumidade física das pessoas que transitam neste local. Destaca-se, como exemplo da efetividade da presente contratação, tentativa frustrada de ocupação da marquise onde se localizam as cúpulas do Congresso Nacional por um grupo de manifestantes denominado “300 do Brasil”, em 13 de junho de 2020, após seu acampamento ter sido desmontado pelo Governo do Distrito Federal. Na ocasião, o gradil conteve grande parte dos manifestantes e viabilizou a rápida negociação e liberação da área pela Secretaria de Polícia.

1.2.2. Justificativa para a quantidade a ser contratada

1.2.2.1. A quantidade a ser contratada foi definida com base no histórico de utilização das três últimas contratações para o mesmo objeto, a saber: RP nº 8/2022, RP nº 14/2023 e RP nº 1/2024 (vigente). Em todas essas contratações foi adotado o mesmo quantitativo ora solicitado, correspondente a 270.000 metros lineares/dia, parâmetro que se mostrou adequado para garantir a disponibilidade do objeto sempre que demandado.

1.2.2.2. Ainda que, até o momento, tenha sido realizado o acionamento de apenas 48% do total contratado na RP nº 1/2024 (129.904 m/dia), o contrato permanece vigente até janeiro e há possibilidade de novos acionamentos que elevem esse percentual. Nas contratações anteriores, a utilização foi mais expressiva, alcançando 82% na RP nº 14/2023 (222.658 m/dia) e 93% na RP nº 8/2022 (251.830 m/dia). Esses números evidenciam a imprevisibilidade da demanda, mas também confirmam a adequação da quantidade estimada, pois não houve registros de insuficiência do quantitativo e, em anos de maior necessidade, o saldo foi amplamente utilizado.

1.2.2.3. A manutenção da quantidade contratada também leva em consideração o cenário político atual, marcado por intensa polarização e alta possibilidade de mobilizações sociais de grande porte, em especial no período pré-eleitoral, o que justifica a necessidade de manter saldo suficiente para garantir a execução do Protocolo Tático Integrado das Manifestações (PrTI) e assegurar a proteção do perímetro por período razoável de tempo. Ressalta-se, por fim, que eventual saldo não utilizado não gera ônus para a Administração, por tratar-se de contratação via Sistema de Registro de Preços, que garante eficiência e economicidade.





SENADO FEDERAL

Diretoria-Geral

1.2.2.4. Assim, conclui-se que a manutenção da estimativa de 270.000 metros lineares/dia é adequada, proporcional e estratégica, garantindo segurança na contratação, previsibilidade para a Administração e capacidade de pronta resposta diante de cenários de alta demanda.

[...]

Por meio do Ofício nº 842/2025-COATC/SADCON (documento nº 00100.203946/2025-64), a COATC/SADCON demonstrou a regularidade da instrução, com destaque para a seguintes informações/documentos carreados aos autos:

Para a finalidade, a Secretaria de Polícia do Senado Federal elaborou o Termo de Referência de NUP 00100.145581/2025-46, que, após alterações, foi consolidado com todas as informações necessárias à contratação no documento nº 00100.185691/2025-41, o qual, se entendido viável, deverá ser aprovado pela Diretora-Geral, consoante art. 9º, inciso IV do Anexo V do Regulamento Administrativo do Senado Federal.

Cabe destacar que o Estudo Técnico Preliminar teve a sua elaboração dispensada por deliberação do Comitê de Contratações, conforme Ata juntada ao processo (NUP 00100.152515/2025-22).

Conforme se verifica no item 1.2.2 do Termo de Referência, o órgão técnico informou que os quantitativos a serem contratados foram baseados no histórico de utilização das três últimas contratações para o mesmo objeto.

A pesquisa de preços que estimou a contratação foi consolidada na Planilha de Estimativas de Despesas sob o documento nº 00100.145591/2025-81, projetando-se o custo geral estimado de **R\$ 1.012.500,00**.

A COCVAP ratificou a pesquisa de preços, conforme documento 00100.149087/2025-51, cuja validade é até 14/02/2026.

A primeira versão da minuta de edital de Pregão Eletrônico, elaborada por esta COATC, foi acostada sob o nº 00100.156875/2025-01.

A COPEL procedeu a análise da minuta de edital, por meio do documento nº 00100.164133/2025-41, e concluiu que a minuta encontrar-se-á regular e adequada para aprovações pela DGER após as alterações sugeridas.

Em resposta às recomendações da COPEL e às NOTAS da COATC, o órgão técnico se manifestou no documento nº 00100.166817/2025-88, tendo consignado alterações no novo Termo de Referência, NUP 00100.166787/2025-18.

Ato contínuo, a minuta de edital foi atualizada, NUP 00100.169217/2025-71, e submetida ao órgão jurídico.

A ADVOSF, por meio do Parecer nº 721/2025 (NUP 00100.181970/2025-35) analisou os autos e concluiu que “fica aprovado o prosseguimento dos autos, desde que as recomendações destacadas no bojo desta manifestação, sublinhadas e/ou em negrito, sejam observadas.”

Os autos foram encaminhados ao órgão técnico para conhecimento e manifestação quanto às recomendações jurídicas, o qual se manifestou por meio do NUP 00100.185712/2025-28.





SENADO FEDERAL

Diretoria-Geral

As recomendações postas pelo órgão jurídico foram acatadas e consolidadas no Termo de Referência (NUP 00100.185691/2025-41) e, conseqüentemente, na minuta de edital a ser aprovada pela autoridade competente.

Tendo em vista que uma das recomendações da ADVOSF dizia respeito à adaptação do Termo de Referência e da minuta de edital para prever a possibilidade de formalização de ajustes através de contratos, após a consolidação dos documentos citados, foi necessário a submissão do processo à nova análise da advocacia.

Nesse sentido, através do Parecer nº 791/2025 (NUP 00100.201820/2025-55) a ADVOSF analisou novamente os autos e concluiu que “fica aprovado o prosseguimento dos autos, desde que as recomendações destacadas no bojo desta manifestação e no Parecer nº 721/2025-ADVOSF sejam observadas.”

Em razão da vigência do Decreto nº 11.462/2023 será necessário a realização do procedimento de Intenção de Registro de Preços (IRP). O art. 9º do referido decreto torna o IRP obrigatório, salvo justificativa específica. Dessa forma, cabe à autoridade competente deliberar sobre a questão.

A versão consolidada da minuta de edital está consignada no NUP 00100.203936/2025-29 e, se entendida regular, deve ser aprovada pela autoridade competente.

[...]

Por derradeiro, o Senhor Diretor da SADCON encaminhou os autos para as deliberações e demais atos necessários ao seguimento do certame, em conformidade com o disposto no Anexo V do RASF aprovado pelo ATC nº 14/2022.

Em relação à recomendação jurídica relativa à dispensa justificada do procedimento de Intenção de Registro de Preço (IRP), essa temática está expressamente regulamentada no art. 43 do ADG nº 14/2022¹, que é compatível com a regulamentação do Executivo Federal no Decreto nº 11.462/2023. No caso, se o Senado Federal não tem conhecimento do interesse de outros órgãos para uma compra compartilhada, sendo, portanto, o único órgão contratante, tipifica-se, assim, a hipótese de dispensa da IRP prevista no parágrafo 1º do art. 86 da Lei 14.133/2021.

¹ Art. 43. Em caso de licitação eletrônica para registro de preços, quando houver, ao tempo da formulação demanda, conhecimento do interesse de outros órgãos públicos para a realização de compras compartilhadas, a Diretoria-Geral poderá determinar a realização do procedimento de Intenção de Registro de Preços (IRP), devendo ser observados, nessa hipótese, os procedimentos operacionais do Sistema de Compras do Governo Federal.

Parágrafo único. Em caso de não incidência da hipótese de que trata o caput, a SADCON adotará as providências operacionais no Sistema de Compras do Governo Federal para a dispensa do procedimento de IRP, adotando como justificativa o disposto neste artigo. (ADG nº 14/2022)



**SENADO FEDERAL**

Diretoria-Geral

Ante o exposto, esta Assessoria Técnica espos a recomendação da SADCON, de modo que se opina favoravelmente ao seguimento do processo nos termos propostos na presente instrução.

À consideração de Vossa Senhoria.

Revisado por:

(assinado eletronicamente)

Guilherme Ferreira da Costa
Assessor Técnico

(assinado eletronicamente)

Tahmineh Maria Shokranian de Mello
Gestora do NASC/ATDGER



**SENADO FEDERAL**

Diretoria-Geral

De acordo. Acolho a informação técnica e, com fundamento no art. 9º, incisos IV, V, VII e IX, Anexo V do RASF, aprovado pelo ATC nº 14/2022, passo a decidir:

1. **AUTORIZO** a realização do certame licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico para Registro de Preços**;

2. **APROVO** o Termo de Referência (documento nº 00100.185691/2025-41); e a Minuta de Edital (documento nº 00100.203936/2025-29), nos termos propostos;

3. **DISPENSO** o procedimento de Intenção de Registro de Preços (IRP), conforme art. 86, § 1º da Lei nº 14.133/2021 e do Art. 9º, §2º do Decreto nº 11.462/2023, considerando que o Senado Federal será o único contratante; e

4. **DESIGNO** os gestores indicados na PDG.

Encaminhem-se os autos, sucessivamente, à **AADGER** e à **SADCON**, para as demais providências pertinentes.

Brasília, 3 de novembro de 2025.

(assinado eletronicamente)

ILANA TROMBKA

Diretora-Geral





SENADO FEDERAL
Diretoria-Geral

PORTARIA DA DIRETORIA-GERAL

Nº 4612, de 2025

A DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 9º, inciso IX, do Anexo V do RASF, aprovado pelo ATC nº 14/2022, e tendo em vista o que consta do **Processo nº 00200.012189/2025-93**,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o titular do **Serviço de Projetos Estratégicos – SEPROJE** como gestor titular e a servidora **Aline Sayuri Moritsugu Martins**, matrícula nº 257166, como gestora substituta do(s) contrato(s) que se originar(em) do referido processo.

Art. 2º Designar a servidora **Beatriz Alves de Mancilha**, matrícula nº 413220, como fiscal titular do(s) contrato(s) que se originar(em) do referido processo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 3 de novembro de 2025.

(assinado eletronicamente)

ILANA TROMBKA

Diretora-Geral

